

## “O QUE É LUGAR DE FALA?” DE DJAMILA RIBEIRO

### “O QUE É LUGAR DE FALA?” FROM DJAMILA RIBEIRO

Gabriela M. Kyrillos<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente resenha tem como propósito apresentar a obra da filósofa Djamila Ribeiro intitulada "O que é lugar de fala?". Centra-se, em particular, na sua contribuição para repensar o mundo acadêmico e o fazer científico a partir do entendimento de que lugar de fala envolve uma compreensão sobre elementos estruturais e não essencializantes acerca de categorias sociais como gênero, raça e classe. Busca promover um dos muitos diálogos possíveis a partir da leitura da obra e estimular a curiosidade e o interesse pelo livro e pelas demais pesquisas da autora, reconhecendo, em particular, seu valioso potencial para o campo acadêmico e jurídico.

**Palavras-chave:** Djamila Ribeiro. Lugar de fala. Ciência.

**Abstract:** The purpose of this review is to present the work of the philosopher Djamila Ribeiro entitled "O que é lugar de fala?" (*What is a place of speech?*). It focuses in particular on its contribution to rethinking the academic world and the scientific making from the understanding that the place of speech involves an understanding of structural and non-essentializing elements about social categories such as gender, race, and class. It seeks to promote one of the many dialogues possible from the reading of the work and stimulate curiosity and interest in the book and the author's other research, in particular recognizing its valuable potential in the academic and legal field.

**Keywords:** Djamila Ribeiro. Place of speech. Cience.

O livro “O que é lugar de fala?” da Mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo, Djamila Ribeiro, é o primeiro de uma série intitulada “Feminismos Plurais”, que iniciou em 2017 pela editora “Letramento: Justificando”. Tal coleção tem como proposta “[...] trazer para o grande público questões importantes referentes aos mais diversos feminismos de forma didática e acessível” (RIBEIRO, 2017, p. 13) e é coordenada pela própria Djamila Ribeiro. Por essa razão, trata-se de uma obra de baixo custo econômico e que adota, tanto quanto possível, uma linguagem clara e direta. O livro se divide em cinco partes, intituladas: (a) Apresentação; (b) Um pouco de história; (c) Mulher negra: o outro do outro; (d) O que é lugar de fala?, e; (e) Todo mundo tem lugar de fala.

---

<sup>1</sup> Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC). Atualmente realiza estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) com bolsa CAPES.

Djamila Ribeiro enfrenta o desafio de esclarecer um conceito central dos movimentos sociais – em particular, dos feministas – e das discussões acadêmicas sobre neutralidade e objetividade. Trata-se de um conceito relativamente novo no campo teórico feminista brasileiro e a obra de Djamila cumpre um papel fundamental de divulgação do mesmo, a partir de uma abordagem historicizada e crítica. A leitura da obra torna possível compreender que “Lugar de fala” pode ser entendido como o ponto a partir do qual cada pessoa compreende o mundo e, portanto, constrói interpretações sobre o mesmo, faz pesquisas e produz conhecimento. Mais do que isso, destaca que a nossa forma de compreender o mundo é perpassada por elementos estruturais como por exemplo classe, raça e gênero.

Podemos abordar a importância dessa obra a partir de muitos aspectos, enfatizamos aqui, em particular, a sua contribuição para repensar o mundo acadêmico e o fazer ciência. Para isso, é importante compreender que Djamila enfatiza que “[...] quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania.” (RIBEIRO, 2017, p. 61). Portanto, é essencial pensar no lugar de fala no campo acadêmico como uma questão histórica e socialmente relevante, pois envolve considerar como grupos de indivíduos foram afastados de lugares de poder, incluindo aí a própria academia, na medida em que acessar conhecimento e participar de sua produção é um ato de poder.

Lugar de fala é um conceito complexo pois não pode ser entendido exclusivamente como uma forma individualizada de se compreender o mundo, ainda que tenha na visão da pessoa seu ponto de partida.

Como explica Collins, a experiência de fulana importa, sem dúvida, mas o foco é justamente tentar entender as condições sociais que constituem o grupo do qual fulana faz parte e quais são as experiências que essa pessoa compartilha ainda como grupo. Reduzir a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala somente às vivências seria um grande erro, pois aqui existe um estudo sobre como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito a fala, à humanidade. O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca possuiu por isso. E, sabemos o quanto alguns grupos adoram fazer uso dessas pessoas. Mas o fato dessa pessoa dizer que não sentiu racismo, não faz com que, por conta de sua localização social, ela não tenha tido menos oportunidades e direitos. A discussão é sobretudo estrutural e não “pós-moderna” como os acusadores dessa teoria gostam de afirmar. (RIBEIRO, 2017, p. 67-68)

Por essa razão a obra apresenta grande relevância para se pensar a própria ciência e a forma como ela se constituiu enquanto espaço de saber e poder em especial a partir da modernidade, sem ignorar a sua inseparável outra face: a colonialidade (DUSSEL, 2005). A questão que queremos destacar aqui é que a ciência moderna se construiu a partir de alguns pressupostos e um dos mais fundantes é a ideia de objetividade.

A objetividade foi muitas vezes confundida (talvez intencionalmente) com a ausência de certos elementos subjetivos do indivíduo que faz a pesquisa. Contudo, o que muitas autoras das teorias feministas têm reforçado há algumas décadas é que essa suposta objetividade, na verdade, serviu para desconsiderar todas as formas de conhecimento e sujeitos de conhecimento que não se enquadrem nas normas estritas criadas pelo fazer científico moderno. Não apenas estamos falando de seguir um método (o que por si só merece ser questionado, basta ver as discussões sobre epistemicídio) mas de possuir certas características subjetivas que seriam pressupostos de uma pesquisa científica. Ou seja, se você é uma pessoa negra e vai discutir racismo, será facilmente acusada de ser vitimista ou de não estar sendo objetiva por se encontrar muito envolvida com a discussão, e, portanto, não estar fazendo ciência. Essas acusações partem do pressuposto de que uma pessoa branca não é afetada (por meio de privilégios) pela estrutura racista da sociedade, sendo, portanto, a mais objetiva para analisar essas questões.

Aqui então chegamos em um ponto importante que é enfatizado na última parte da obra: todo mundo tem um lugar de fala. Não apenas eu, enquanto mulher, preciso reconhecer isso. Os homens também deveriam o fazer. Talvez, especialmente os homens brancos, heterossexuais, cisgêneros, de classe média ou ricos. Porque para esses homens o questionamento sobre sua objetividade é muito menor do que o é para mim, enquanto mulher (e com certeza é menor para mim do que para uma mulher negra). E mesmo que haja uma suposta legitimidade baseada na objetividade, esses homens também possuem lugar de fala que, em alguma medida, envolve todos os seus discursos.

Algumas contribuições das epistemologias feministas se coadunam com o que Djamila Ribeiro apresenta em sua obra.

Donna Haraway (1995) propõe uma interpretação da objetividade em termos de conhecimentos situados, pois, para a autora, o conhecimento é sempre situado e dependente de um contexto inserido dentro das práticas de cada

grupo social. Deste modo, cada perspectiva (*standpoint*) será sempre parcial, seletiva e incompleta. Com isso, não advoga o abandono de todo e qualquer critério de objetividade. Mas, como mostra Sardenberg ao analisar a obra da autora, Haraway procura “formular uma proposta de ‘objetividade corporificada’, no sentido de situar também o ‘sujeito cognoscente’ dentro do campo de visão” (2002, p. 106). Assim, somente uma visão parcial, corporificada promete uma visão objetiva. (CARDOSO, 2012, p. 70)

Dar visibilidade ao indivíduo que faz as pesquisas não é uma proposta recente de certas correntes epistemológicas feministas. Vale ressaltar, portanto, que lugar de fala refere-se a categorias sociais e não naturais. Ao se considerar o direito de ter voz no mundo acadêmico-científico, faz-se indispensável reconhecer que Djamila Ribeiro está se referindo ao “[...] direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus social*, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo.” (RIBEIRO, 2017, p. 64).

Esse entendimento se justifica na medida em que, como bem destacado pela autora, há uma diferença fundamental entre lugar de fala e representatividade. “Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa.” (RIBEIRO, 2017, p. 83-84). Isso ocorre pois, como já afirmado, todos possuem lugar de fala e reconhecer isso não significa dizer que os sujeitos mais privilegiados na estrutura social têm uma desculpa para se desobrigar da responsabilidade de enfrentar essas desigualdades a partir do reconhecimento dos seus privilégios.

Por essa razão, “[... ] falar a partir de lugares, é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem.” (RIBEIRO, 2017, p. 84). Trata-se de destacar, portanto, duas questões relevantes. De um lado a importância de que pessoas que se aproximam da norma hegemônica construam conhecimento considerando seu próprio lugar de fala, ou seja: pessoas brancas refletindo sobre branquitude, homens sobre masculinidades, pessoas heterossexuais sobre a heteronorma, apenas para citar alguns exemplos. Por outro lado, trata-se de reconhecer a legitimidade da fala das pessoas que não estão inseridas na norma hegemônica, legitimidade essa que só é possível se o reconhecimento do lugar de fala for feito nos termos propostos por Djamila Ribeiro, ou seja, de forma não essencializada.

Trata-se, portanto, de reconhecer que essas pessoas podem realizar quaisquer abordagens acadêmico-científicas, ou seja, tanto aquelas que envolvem de forma próxima as suas vivências (por exemplo, uma mulher negra falando sobre racismo e sexismo ou uma mulher lésbica ou bissexual abordando a violência da heteronormatividade compulsória) como àquelas inicialmente tidas como independentes de lugar de fala – a própria Djamila questiona: “Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra?” (RIBEIRO, 2017, p. 77). Lugar de fala não significa limitar ou restringir quem pode falar sobre quais assuntos, mas sim, implica o reconhecimento de que todos abordamos qualquer assunto a partir de um ponto de partida específico.

Tomando como base os escritos de Audre Lorde, Djamila afirma que “O não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva a legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo.” (RIBEIRO, 2017, p. 51). Essa é a base de sua crítica às mulheres brancas que historicamente e recorrentemente se evadem de sua responsabilidade em reconhecer seu lugar de fala que, necessariamente, produz uma visão parcial sobre o que é ser mulher no mundo e, portanto, uma visão situada sobre sexismo, machismo, misoginia e patriarcado.

Esse é o lugar de fala da autora desta resenha, uma mulher branca que reconhece os privilégios da branquitude em um mundo acadêmico e jurídico profundamente racista e desigual – pois como bem aborda Djamila (RIBEIRO, 2017, p. 68): “[...] por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos.”. Longe de se pretender resumir o livro de Djamila Ribeiro ou suprimir a necessidade de sua leitura, pretendo reforçar a sua importância, complexidade e profundidade, em particular para o campo acadêmico e da pesquisa jurídica. Minha pretensão nessa resenha não é de “falar por”, mas sim de “falar com” uma das grandes teóricas do feminismo contemporâneo que é Djamila Ribeiro. Espero que esse breve diálogo aqui apresentado sirva como estímulo à curiosidade por essa e por outras obras de Djamila.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Claudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras.** Tese de Doutorado. do Programa de PósGraduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2012.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade de Eurocentrismo. In: **A Colonialidade do Saber – Eurocentrismo e Ciências Sociais Perspectivas Latino-Americanas.** Edgardo Lander (org). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. pp. 55-70.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

Recebido em: 21 set. 2018

Aceito em: 12 dez. 2018